



Fundação para Estudos e Formação Política do PSD

ENCONTROS DEMOCRÁTICOS

C I C L O D E D E B A T E S





Encontros Democráticos são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD

A eleição que mostrou uma virada na opinião pública

Assim como favoreceram o PSD, que se tornou praticamente o único partido grande entre as siglas que surgiram nos últimos 15 anos, as eleições municipais de outubro de 2016 deixaram clara uma mudança importante na opinião pública, que se mostrou amplamente favorável a temas como privatização e ajuste das contas públicas. Essas foram algumas das conclusões do debate promovido em novembro daquele ano pelo Espaço Democrático sobre o tema “O Brasil que sai das Urnas”.

Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), o professor Rogério Schmitt deu, em sua palestra, uma visão geral da participação eleitoral e analisou resultados em termos partidários, destacando a performance do PSD. Para ele, o partido “foi disparado o que teve o melhor desempenho na eleição de outubro entre os novos, apesar de não ser o mais antigo da geração de partidos do Século XXI”.

Segundo disse, o PSD seria o único entre os novos partidos em condições de sobreviver em caso de adoção, no sistema político, de regras como a cláusula de barreira.

Rubens Figueiredo, pós-graduado em Ciência Política pela USP e especialista em pesquisas, destacou que o modelo de comunicação do PT se esgotou, depois de ter feito muito sucesso em anos passados: “Não é mais aceitável desrespeitar o eleitor com promessas grandiloquentes, mas inviáveis”, explicou.

O mais impressionante, no entanto, na visão de Figueiredo, foi a guinada observada na opinião pública: “Há muito pouco tempo candidatos acusados de serem favoráveis à privatização eram obrigados a se defender, negar e vestir roupas carregadas de adesivos de estatais, e mesmo assim perdiam eleições. Agora, quem se mostrou favorável à privatização e a cortes de gastos públicos foi eleito com ampla maioria”.

Esta é a íntegra do que se discutiu no evento. Boa leitura.



SÉRGIO RONDINO:

Hoje nós vamos tratar do Brasil que teremos após as eleições. Os eleitores decidiram e a pergunta que está no ar é: o Brasil que sai das urnas será diferente? O que muda? Que efeitos os resulta-

dos eleitorais terão no destino do País? Vamos pedir ao Rogério Schmitt e ao Rubens Figueiredo, cientistas políticos e colaboradores do Espaço Democrático, que façam uma análise do tema. E assim que terminarem as duas falas, todos poderão fazer perguntas. Vamos em frente, Rogério.

O BRASIL QUE SAI DAS URNAS
SERÁ DIFERENTE? O QUE MUDA?
QUE EFEITOS OS RESULTADOS
ELEITORAIS TERÃO NO DESTINO
DO PAÍS?"

Sérgio Rondino

**R O G É R I O
SCHMITT:**

Talvez o que eu vá dizer nem tenha muito de original, mas vou tentar sistematizar alguns artigos sobre a eleição, que publiquei ao longo dos últimos meses no site da Fundação Espaço Democrático. Vou começar dando uma visão geral da



questão da participação eleitoral. Em um segundo momento vou analisar os resultados em termos partidários. E, por fim, na terceira parte, olhar mais um pouco para o PSD - o desempenho do partido nessa eleição.

Três temas tiveram muito destaque na cobertura jornalística da campanha. Começando pela questão da participação eleitoral, que não é novidade: a cada eleição a cobertura jornalística acaba falando bastante sobre questões como abstenção eleitoral, votos brancos e nulos. Esse é um tema que aparece bastante, que não tem tanto a ver com a questão dos partidos políticos, mas também tem alguma relevância do ponto de vista da qualidade da democracia brasileira, do nosso sistema político no sentido mais amplo.

A mim, parece que muitas vezes a cobertura jornalística, nessa questão da abstenção e dos votos brancos e nulos, acaba adotando um tom excessivamente alarmista. A sensação que dá é de que a cada eleição é batido o recorde no número de abstenções, de votos nulos e brancos - mas a verdade não é bem essa. A gente precisa entender esse tema dentro do contexto

NÃO É VERDADE QUE A ABSTENÇÃO ELEITORAL E OS VOTOS BRANCOS E NULOS ESTEJAM CRESCENDO A CADA ELEIÇÃO E QUE A CADA DOIS ANOS É QUEBRADO UM RECORDE DA ELEIÇÃO ANTERIOR, TANTO EM ABSTENÇÃO QUANTO EM VOTOS BRANCOS E NULOS”.

Rogério Schmitt



do sistema político brasileiro, em que o voto é obrigatório.

Não é verdade que a abstenção eleitoral e os votos brancos e nulos estejam crescendo a cada eleição e que a cada dois anos é quebrado um recorde da eleição anterior, tanto em abstenção quanto em votos brancos e nulos. Se a gente olhar para a eleição de 2016, isso fica bem claro: a abstenção ficou dois pontos percentuais abaixo da abstenção registrada em 2014. Ou seja, houve mais gente que não foi votar para presidente do que gente que não foi votar para prefeito e vereador. Aliás, é um padrão. Toda eleição municipal, sem exceção, sempre tem menos abstenção que a eleição nacional. É assim desde a redemocratização, na década de 1980, o que talvez sugira que haja um interesse maior do eleitor pela política local do que pelas grandes questões estaduais ou nacionais. Para que vocês tenham uma ideia, nessa eleição a abstenção ficou em cerca de 17% do eleitorado, enquanto na eleição de 2014 foi de quase 20%. O que houve, sim, foi um aumento na quantidade de votos brancos e especialmente no número de votos nulos. Mas também não dá para dizer que isso seja uma tendência. Se a gente olhar para a história eleitoral brasileira, até 2006, 2008, tínhamos um movimento de queda contínua, tanto nas abstenções quanto nos votos em branco ou nulos.

A partir de 2008, aí sim a gente começa a ver um aumento gradativo dessas taxas. Mas a abstenção pode se dever a fatores muito diferentes. A pessoa não ter ido votar não quer dizer que isso seja um sintoma de apatia, de desinteresse, de protesto. A gente pode pensar em seis ou sete fatores que não têm nada a ver com a política, mas que ajudam a entender por

que a abstenção é alta. Um deles, por exemplo, é o envelhecimento da população brasileira. É uma questão demográfica. O brasileiro está vivendo cada vez mais tempo e a cada eleição a quantidade de eleitores acima dos 70 anos aumenta. E como vocês sabem, o comparecimento eleitoral para quem tem mais de 70 anos não é obrigatório.

Na eleição dos Estados Unidos, historicamente, a abstenção é próxima de 50% dos eleitores registrados. A nossa abstenção aqui é de 17%. É a diferença que faz o voto obrigatório, que traz mais pessoas para a participação eleitoral. Por outro lado, lá nos Estados Unidos a quantidade de votos nulos e brancos é muito pequena. Quem não quer votar em ninguém fica em casa. Assim, nos países em que o voto é facultativo, a abstenção é alta, mas em compensação o número de votos brancos e nulos é praticamente zero. Em países onde o voto é obrigatório, como o Brasil, é o contrário: a abstenção é mais baixa, mas em compensação o número de votos brancos e nulos é mais alto, por volta de 9 a 10% do eleitorado este ano. Se somarmos a abstenção aos votos brancos e nulos, veremos que de cada quatro eleitores brasileiros, um não votou. Um quarto do eleitorado deixou de votar em alguém. Isso pode ser baixo ou alto, dependendo da comparação.

A taxa mais alta, disparado, é a de abstenção, que é três vezes maior que a dos votos em branco ou nulos somados. Isso pode estar relacionado com o envelhecimento da população. Vale lembrar, ainda, que um terço do eleitorado também apresenta justificativa, porque estava fora do domicílio eleitoral no dia da eleição.

No segundo tópico, vamos tratar dos votos válidos, em termos de desempenho partidário. Nessa eleição houve uma pulverização de votos muito grande. Sob qualquer critério que se con-

sidere, foi uma eleição extremamente fragmentada. Uma das razões é o aparecimento de vários partidos novos, que nunca tinham participado antes do processo eleitoral. Lá na frente eu vou falar um pouco mais sobre esse assunto. Foi uma eleição muito pulverizada, mas que trouxe também mudanças importantes na correlação de forças entre os partidos, se você comparar com as eleições de 2012. A principal delas foi, como todo mundo já apontou, o enfraquecimento do PT, que simplesmente perdeu 10 milhões de votos entre 2012 e 2016. Não é pouca coisa. Perdeu agora mais ou menos 60% dos votos das prefeituras que tinha em 2012.

E como em política não existe espaço vazio, outros partidos ocuparam o que foi deixado pelo PT. O PMDB sempre é o partido que elege o maior número de prefeitos e vereadores e ficou mais ou menos onde estava. O que é muito bom. Não perder e ainda crescer um pouquinho é considerado algo positivo. Tivemos também um crescimento significativo do PSDB e vale registrar o crescimento do PSD. O PMDB foi o que mais elegeu prefeitos. Depois, o PSDB. E então vem o PSD, que foi o terceiro partido que elegeu mais prefeitos no Brasil.

Há várias maneiras de avaliar o desempenho de um partido numa eleição. Você pode comparar, por exemplo, o desempenho numa eleição municipal. Olhar para uma eleição para vereador. Aí você tem um retrato. Para prefeito, é outro retrato. Não necessariamente as coisas são iguais.



TIVEMOS TAMBÉM UM CRESCIMENTO SIGNIFICATIVO DO PSDB E VALE REGISTRAR O CRESCIMENTO DO PSD. O PMDB FOI O QUE MAIS ELEGEU PREFEITOS. DEPOIS, O PSDB. E ENTÃO VEM O PSD, QUE FOI O TERCEIRO PARTIDO QUE ELEGEU MAIS PREFEITOS NO BRASIL”.

Rogério Schmitt



Podemos olhar apenas para a eleição de prefeitos, a quantidade de eleitos, o número de votos que os partidos fizeram. Ou podemos olhar especificamente a porcentagem do eleitorado que vai ser governada por prefeitos de cada partido. O fato é que qualquer que seja o critério que a gente utilize, os vencedores e perdedores são mais ou menos os mesmos. A única diferença é que, pelo critério da porcentagem do eleitorado que será governada por cada partido, o PSDB - e não o PMDB - é o que vai governar o maior número de eleitores a partir do ano que vem. Vendo o caso de São Paulo, dá para perceber a diferença, pelo tamanho do eleitorado aqui da capital. Mas você tem nesse caso claramente uma predominância da mudança. Pegando a eleição de 2012, o PT e outros partidos de esquerda tiveram um desempenho muito bom. Nessas eleições de 2016, se é que a gente pode falar assim em um bloco vencedor, é um bloco político mais de centro-direita. Pelo menos um bloco não-petista.

É muito difícil extrair um único retrato das urnas. As pessoas ficam tentando projetar possíveis cenários da eleição presidencial com base no número de vereadores e prefeitos eleitos por cada partido. Salvo engano, pelo menos segundo os estudos acadêmicos que eu conheço, é muito fraca a relação entre o desempenho de um partido na eleição municipal e a competitividade do candidato à presidência desse partido na eleição seguinte. Existe uma relação, mas não é muito relevante. Se é que a eleição municipal permite fazer uma projeção, ela é uma tendência não para a eleição presidencial, mas para o Congresso Nacional. A melhor estimativa da quantidade de deputados que os partidos elegerão é a quantidade de prefeitos e vereadores que eles elegeram dois anos antes. Então, esses partidos que se deram bem nas urnas, incluindo aqui o PSD, tomando por base ciclos eleitorais anteriores,

permite projetar que esses partidos provavelmente farão as maiores bancadas no Congresso na eleição de 2018. A eleição presidencial é outra história. Então, o que a eleição municipal permite é você estimar a composição do Congresso na próxima legislatura, e não o resultado da eleição presidencial.

O último tópico que eu quero propor aqui diz respeito ao desempenho do PSD. Eu quero mencionar um artigo que publiquei no site da Fundação Espaço Democrático, no qual tentei fazer algo um pouco diferente do que os jornais fizeram. Logo após o segundo turno, os jornais fizeram aquela conta clássica, partido por partido, de quantas prefeituras cada um ganhou, de quem vai governar mais gente. Eu fiz um exercício um pouco diferente. Tentei comparar o PSD não com todos os partidos que participaram da eleição, 35, mas com o que eu chamei de uma nova geração de partidos políticos, os que foram criados no Brasil no século 21. Hoje, existem 35 partidos em atividade no País com registro no TSE. Desses 35, você tem aí um grupo de dez partidos que foram criados a partir de 2001. Eu chamei esse grupo de a nova geração de partidos - ou os partidos do século 21, se quiserem. Pela ordem de fundação, PRB, PSOL, PSB, PPL, PREM, PROS, Solidariedade, Novo, Rede e PNB - algumas dessas siglas nem eu sei direito o que significam. Esses foram os 10 partidos que foram criados nos últimos 11 ou 12 anos.

E desses partidos novos que potencialmente poderiam estar mais identificados com essas novas questões políticas, da modernidade do século 21, vale ressaltar que o PSD foi, de longe, o que teve o melhor desempenho, apesar de não ser o partido mais antigo. O PSD tem mais ou menos cinco anos de existência.

O PSOL e o PRB, por coincidência, foram os partidos que foram para o segundo turno no

Rio de Janeiro. O PSOL do Marcelo Freixo e o PRB do Marcelo Crivella. Dois partidos criados no século 21, portanto, com mais de dez anos de atividade. Temos partidos que foram criados no ano passado. Essa foi a primeira eleição, por exemplo, que disputaram o Partido Novo, a Rede e o Partido da Mulher Brasileira. Desse grupo de 10 partidos, é impressionante a diferença de tamanho e de força política do PSD em relação a eles. O PSD elegeu 540 prefeitos e esses outros nove partidos, todos somados, não elegeram nem 150. Quer dizer, o PSD, sozinho, elegeu quase quatro vezes mais prefeitos do que todos os outros partidos que foram criados mais ou menos na mesma época. A mesma coisa com o número de vereadores, se você também for comparar o número das bancadas no Congresso, de deputados e senadores.

O Brasil está prestes a passar por uma reforma política. O Congresso está discutindo a eventual adoção de cláusula de barreira, o fim das coligações e outras mudanças no sistema eleitoral. Se isso realmente acontecer - e eu ainda não estou convencido de que vai acontecer - pode provocar uma mudança muito grande no quadro partidário brasileiro. Acho que todos esses outros partidos que surgiram a partir do século 21 devem estar bastante preocupados porque, a rigor, o único deles que tem condições de sobreviver nesse novo contexto, caso realmente ocorra, é o PSD.





O QUE SAIU DESSA ELEIÇÃO FOI QUE OS PARTIDOS DE CENTRO-DIREITA VENCERAM – PMDB, PSDB E PSD FORAM OS GRANDES VENCEDORES” ...

Rubens Figueiredo

SERGIO RONDINO: Eu gostaria de destacar uma conclusão sua, naquele artigo: a de que, desses 10 partidos, o único partido que pode ser considerado grande é o PSD. Obrigado, Rogério. Rubens Figueiredo com a palavra.

RUBENS FIGUEIREDO: Eu vou fazer uma reflexão mais analítica, tentando explicar um pouco o que saiu das urnas e o que, a meu ver, foi a grande novidade dessa eleição. Salvo algum julgamento precipitado, não vi ninguém fazendo referência a esse ponto importante de que vou falar. Acabou a eleição e somos bombardeados por uma série de análises e informações que nos passam uma ideia daquilo que ocorreu, mais ou menos em pílulas, e que o público acaba comprando como verdadeiras ou próximas da verdade. O que saiu dessa eleição foi que os partidos de centro-direita venceram – PMDB, PSDB e PSD foram os grandes vencedores –, o PT sofreu a maior derrota eleitoral de sua história, houve grande pulverização partidária (14 partidos governarão 26 capitais – e três capitais importantíssimas, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Curitiba) e aumentou o número de votos brancos, nulos e abstenções.

A gente recebe essas pílulas como se a coisa parasse por aí. Não existe uma visão mais aprofundada ou uma tentativa de explicação mais elaborada daquilo que está acontecendo para dar o tamanho verdadeiro e a importância do evento. Salvo engano, devem ser as maiores e mais complexas eleições do mundo – 5.500 municípios e com voto obrigatório. E há a sedimentação dessas grandes frases explicativas, constatações – algumas vezes até erradas – nas redes sociais e nos meios de comunicação.

Então, podemos ver que essas análises, como constatações ligeiras, começam a entrar na cabeça das pessoas das mais diversas ma-



neiras. Um quadro da revista *Veja*, divulgado depois do segundo turno, mostra que a direita, que tinha 70% das prefeituras, subiu para 78%, e a esquerda, que tinha 30%, caiu para 22%. Na verdade, esses números escondem uma realidade muito pior para a esquerda. Porque entre aqueles 30% citados em 2012, havia as cidades de São Paulo, Guarulhos, Osasco, São Bernardo do Campo, Santo André, São José dos Campos, Recife... Se a gente lembrar que cerca de 70% dos municípios brasileiros têm menos de 20 mil habitantes, percebe como esses números são equivocados. Na verdade, eles escondem que talvez em centenas de cidades menores, esses partidos de centro-direita governarão muito mais gente, terão acesso a um orçamento muito maior e uma visibilidade em termos de mídia espetacularmente superior ao dessas cidades menores. São Paulo, como exemplo, é o centro de irradiação de mídia. As universidades e os meios intelectuais estão todos aqui.

E aí deixo um pouco de lado o contexto em que ocorreram essas eleições. Quem votou foi um eleitorado machucado politicamente, sem alternativas, com uma falta de esperança tremenda, porque as pessoas acreditam que o futuro será mais difícil, que foram enganadas, que passarão por maiores dificuldades, que a economia está em crise, haverá dificuldade no dia a dia, com maior desemprego, queda de renda, aumento no endividamento, retração no consumo, falta de perspectivas. E permeando tudo isso, como pano de fundo, há uma sensação muito forte de que o modelo de comunicação, de fazer política do PT, se esgotou. Eu fui ver a propaganda do prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, de quatro anos atrás. Ele falava do Arco do Futuro. Eu li aquilo e pensei: "Eu vou votar nesse cara". E olha que eu tenho minhas resistências a essas coisas. É um negócio tão sensacional aquele esforço! Eu me lembro muito bem que depois de cinco, seis,

sete meses depois da eleição, ele mandou uma secretária do Planejamento, senão me engano até adjunta, numa entrevista, falar *en passant* que o tal Arco do futuro não iria acontecer, não seria criado. Então, esse desrespeito à população, que também aconteceu em 2014, está no inconsciente coletivo como um esgotamento do modelo petista de fazer política.

Agora eu vou fazer uma provocação. O PMDB ganhou a maioria das prefeituras porque é forte como partido, porque passa para a sociedade uma concepção de organização social que seja preponderante ou hegemônica para as pessoas votarem nisso, ou ganhou a maioria das prefeituras porque é um conglomerado de bons candidatos, competitivos, especialmente em cidades pequenas? O PSDB governa mais gente, ganhou em cidades mais importantes porque ele defende ideais social-democráticos ou porque tem bons candidatos, competitivos e tem dois fenômenos que botaram o partido lá em cima em termos de capacidade de governar e controlar orçamentos de uma cidade como São Paulo ou Porto Alegre?

O PMDB tem 11% da preferência partidária, segundo o Ibope de outubro, e ele conquistou 20% das prefeituras. O PSDB tem 9% e conquistou mais ou menos 15%, com São Paulo no meio, o que equivale aí a algo em torno de 4% ou 5%. E o PSD, com 1% da preferência partidária, mesmo sendo um partido novo, jovem, alcançou 10% das prefeituras.



MAS NÃO FOI SÓ UMA GRANDE DERROTA QUANTITATIVA, FOI MAIS DO QUE ISSO. FOI UMA DERROTA NA FORMA DE FAZER POLÍTICA, NO CONCEITO DE FAZER PUBLICIDADE, NA FORMA COMO O PARTIDO SE RELACIONAVA COM A SOCIEDADE, EM QUE EXPUNHA SUAS IDEIAS E FAZIA FANFARRONICE AO ANUNCIAR SUAS REALIZAÇÕES. É A FALÊNCIA DO PT COMO MODELO DE FAZER POLÍTICA”.

Rubens Figueiredo

Desse ponto de vista, o PSD foi muitas vezes melhor sucedido do que os outros gigantes da política brasileira. De forma semelhante, os partidos nanicos, que são em número enorme, como lembrou o Rogério, elegeram apenas 150 prefeitos. Primeiro, vemos aí o fiasco total e absoluto dos partidos ideológicos. A ideologia foi colocada de lado. E onde os nanicos triunfaram? Em Curitiba, o Rafael Grecca foi prefeito há quatro ou cinco mandatos e foi eleito porque tinha força pessoal. Em Belo Horizonte foi eleito o Kalil, ex-presidente do Atlético Mineiro. E no Rio de Janeiro o Crivella, que é um senador da República muito ligado à religião. Então, a gente não pode falar que esses partidos que ganharam ou perderam, ganharam ou perderam como partidos.

O grande derrotado, o PT, não perdeu porque tinha os piores candidatos. Ele não perdeu porque não foi capaz de gerar candidatos conhecidos e que em outra situação seriam competitivos nessa mesma eleição, como partido orgânico. E acrescenta-se o próprio estilo do PT, porque as lideranças sempre fizeram questão de dizer que eram do PT. Mas não foi só uma grande derrota quantitativa, foi mais do que isso. Foi uma derrota na forma de fazer política, no conceito de fazer publicidade, na forma como o partido se relacionava com a sociedade, em que expunha suas ideias e fazia fanfarronice ao anunciar suas realizações. É a falência do PT como modelo de fazer política. Talvez falência seja uma palavra muito forte, mas foi uma *débaçle* muito profunda e que vai colocar certamente o PT em outro patamar.

E em todas as eleições surgem essas pérolas, essas constatações em pílulas. E há sempre os miocos. Um deles, como o Rogério citou, é aquele que diz que a eleição em São Paulo representa o pontapé inicial da sucessão presidencial. Se você verificar no Google, há dezenas de cita-



ções defendendo esse conceito. É só pegar os exemplos. O Maluf foi prefeito em São Paulo, mas depois houve uma mudança significativa com a eleição subsequente da Luiza Erundina. E por aí vai. Essa ideia ficou mais forte porque surgiu uma grande novidade, que foi o João Dória. E isso também passa para a opinião pública. Outra: “A eleição municipal deixou o governo Temer mais forte”. Na minha opinião, não tem nada a ver uma coisa com outra, ainda mais no Brasil. A política nacional ainda está muito longe de ser uma consequência da somatória daquilo que ocorre nas cidades.

Dizem também: “Os eleitores votaram em novidades, rejeitando os políticos tradicionais”. Teve muita gente boa falando isso, mas muita gente boa mesmo. Mas contam-se nos dedos as novidades. Mesmo o João Dória, que é tido como uma grande novidade, é filho de político, já teve cargo político e é político porque organiza uma instituição política de empresários e se portou como político. E agora aparece falando: “Eu não sou político”. Ora, quem é mais político do que ele, se a gente entender que o político é aquele que sabe ler aquilo que o eleitorado quer? E, por fim, a besteira-mor, de que as campanhas foram federalizadas. Nenhum eleitor - nenhum! - falou sobre a cidade fazendo referência à questão nacional.

Eu acho que houve uma mudança monumental na opinião pública que tem a ver com a concepção do nosso partido e que é aquilo que o nosso partido defende, que é a questão de que pela primeira vez um candidato defendeu abertamente a privatização e não foi vaiado, não foi contestado nem desautorizado por quem estava do lado dele, inclusive nos debates. Eu fui pesquisar. O Dória foi no programa *Pânico*, da *Jovem Pan*, em que as pessoas são muito engraçadas, inquisidoras e inteligentes. Ele começou

a defender a privatização do autódromo de Interlagos e as pessoas começaram a partir para a gozação. Ele reverteu o quadro com a força dos argumentos, mas também porque mudou essa concepção do Estado. Isso começou a acontecer nessa eleição, porque na de 2014, quando a Dilma dizia que o Aécio era privatista, ele tinha que se virar para se defender. Isso faz dois anos. Olha a mudança que isso pode estar significando na vida do País, na cultura nacional!

Eu acompanho um candidato de Americana, município do interior de São Paulo, que se chama Omar Najar. Ele foi eleito em 2014 porque o prefeito anterior, Diego de Nadai, foi cassado pela Justiça. Ele entrou e disse: “Não tenho dinheiro, vou mandar gente embora, vou reduzir o quadro, não vou pagar isso nem aquilo”. Ou seja, ele fez tudo ao contrário do que o político tradicional faz. Tudo. Todo mundo que girava em torno da prefeitura teria ódio dele. E ele foi eleito com 65% dos votos com esse discurso. Quer dizer, não dá para imaginar, na eleição de 2012, alguém se elegendo com esse discurso. Ao contrário, o que os candidatos a prefeito fazem é prometer sempre cada vez mais.



Esse foi um candidato que falou mal, que falou que ia privatizar. Diferente dessa cena ridícula do candidato Geraldo Alckmin com um macacão com os selos das empresas estatais. Era o que acontecia quando se falava que se ia privatizar. No domingo eu estava lendo a *Folha de S. Paulo* e me deparei com um artigo do André Singer, no qual ele escreveu assim: “Ainda que exista alguma proporção no avanço das esferas privatistas contra os que defendem a expansão dos direitos universais da cidadania...” Isso me chamou a atenção. É como se defender a tese privatista fosse não querer a expansão dos direitos universais da cidadania. Essa é a ideia que a gente quer combater cada vez mais. A gente quer o mesmo que a esquerda também quer, só que os nossos caminhos são diferentes. Enquanto a gente não tomar consciência de que precisa fazer essa defesa - e que a hora é agora, porque o eleitorado nunca esteve tão amigavelmente disposto a encampar teses como essa - a gente pode até ganhar a prefeitura, mas não vai ganhar a consciência da opinião pública brasileira.

SÉRGIO RONDINO: Estamos agora abertos às questões e eu vou colocar algumas logo e depois as pessoas podem entrar à vontade. A primeira é para você, Rogério, em relação ao que estava dizendo sobre uma abstenção maior. A pergunta é a seguinte: mas e o tal desencanto com a política? É isso? Porque muita gente falou que o fato se refletiu no resultado das urnas.

ROGÉRIO SCHMITT: As duas coisas não são excludentes. Em nenhum momento eu quis fazer parecer que não existe o voto de desencanto, o voto de protesto. Existe, sim. O que eu procurei ressaltar é que isso isoladamente não explica todo o movimento das abstenções, os votos brancos e nulos. Uma coisa não exclui a outra. A abstenção pode ser explicada por fatores políticos, mas também por fatores demográficos, pelo envelhecimento da população, por fatores até geográficos, as distâncias. Você tem lugares no Brasil onde as pessoas levam horas para conseguir chegar às urnas. A imagem clássica é aquela do ribeirinho do Amazonas que vai lá remando para conseguir chegar à sua seção. Não é à toa, por exemplo, que a abstenção é maior em lugares onde a distância geográfica entre o domicílio eleitoral e o lugar onde ele vota é maior.

Temos também a questão do cadastro desatualizado. Isso é algo muito importante. Neste ano, por exemplo, a média de abstenção no País foi de 17,5%. Mas você tem alguns municípios brasileiros onde já foi concluído o processo de cadastramento biométrico e o eleitor se identifica pela impressão digital. Nesses municípios, a abstenção foi de 11%, quando a média nacional foi de 17%. Então, é muito razoável supor que exista um número grande de pessoas que aparecem contabilizadas como abstenção, quando na realidade já morreram e ainda não foi dada baixa no



cadastro. É razoável imaginar que quando o processo de cadastramento biométrico for concluído pelo TSE, o que ainda pode durar uma ou duas eleições, a abstenção vai cair. Eu não quero parecer ingênuo, é óbvio que existe isso também – o desencanto, o protesto. Eu só estou tentando relativizar um pouco, dizendo que as duas coisas não se excluem.

SERGIO RONDINO: Então, o desencanto existe, mas não se refletiu na quantidade de votos, na abstenção.

ROGÉRIO SCHMITT: Eu diria que no caso da abstenção, os fatores demográficos, geográficos, logísticos, são até mais importantes. Acho que dá para explicar mais a abstenção por esses fatores do que pelo desencanto com a política.

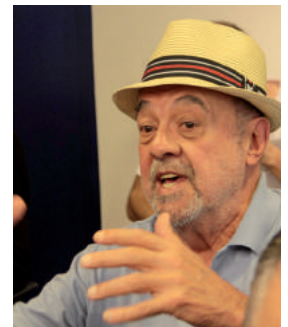
SERGIO RONDINO: Rubens, você traçou um quadro deixando claro que havia uma migração dos eleitores para o centro-direita, havendo até uma abertura para as teses privatistas. Essa onda de direita a que você se referiu, ou essa onda reacionária, como alguns escreveram, existe ou foi uma simples rejeição à roubalheira – eu digo me referindo ao PT e ao PMDB no Rio de Janeiro, que naufragaram em função de tudo que a imprensa vem publicando.

RUBENS FIGUEIREDO: Essa é mais uma ideia que povoa a opinião pública e que não é verdadeira. A ideia é a de que houve uma guinada à direita, quando na verdade, em qualquer tipo de pesquisa que você faça o eleitorado brasileiro é majoritariamente de centro-direita – seja naquela pesquisa em que a pessoa se posiciona à direita ou à esquerda, seja naquela em que se coloca um conjunto de frases e as pessoas vão falando se concordam ou discor-

dam. Então, essa guinada não aconteceu nas proporções em que se fala. A corrupção foi um dos fatores que levaram à rejeição dos candidatos petistas porque o PT foi o grande protagonista dessa história toda, nesse campo. Agora, se fosse um partido de direita que tivesse o mesmo desempenho, vamos dizer assim, como porta-estandarte do Grêmio Recreativo Unidos da Corrupção, acho que a esquerda também subiria. Essa guinada não foi tão grande nem a reação também não foi tão grande, mas é evidente que a questão da corrupção na debacle do PT teve um papel importantíssimo, talvez até fundamental.

ALOYSIO AZEVEDO:

No Maranhão nós temos a presença do senador José Sarney com essas emissoras todas; o senador Aécio Neves possuindo muita coisa em Minas Gerais. Os dois



foram destruídos nas eleições. O Aécio perdeu três seguidas e a família Sarney foi dizimada no Maranhão. O Sarney foi derrotado pelo PCdoB. E o Aécio, líder dessa dita “direita brasileira”, foi rejeitado em Minas Gerais. Como é que se explica tanta diversidade num quadro em que é muito difícil chegar realmente a uma conclusão geral?



E EM MINAS HOUE UM ESGOTAMENTO, O AÉCIO JÁ MANDOU LÁ. ISSO TEM UM CICLO, NÉ? TASSO JEREISSATI, CIRO GOMES, GRECCA, JAIME LERNER, O PESSOAL DO PT NO RIO GRANDE DO SUL... ISSO VAI SE ESGOTANDO E É NATURAL QUE SEJA ASSIM. MAS NÃO É FÁCIL FORMAR UMA CLASSE POLÍTICA. NÃO É TAREFA DE UM DIA PARA O OUTRO”.

Rubens Figueiredo

RUBENS FIGUEIREDO: Eu tenho muita dificuldade em analisar o resultado das campanhas eleitorais como grande movimentação partidária. Acho que essa decadência da família Sarney no Maranhão é fruto de uma profunda incompetência administrativa que se reflete na vida nas pessoas. As pessoas passam a evitar votar em candidatos que representam esse tipo de administração que piora as suas vidas. A Roseana foi condenada porque deu um rombo de R\$ 400 milhões no orçamento quando era governadora e ela não consegue explicar. O dinheiro simplesmente sumiu. Isso se reflete na vida das pessoas. Quando a Roseana despontou como uma candidata viável, lá atrás, chegou a ficar na frente nas pesquisas, a *Folha de S. Paulo* foi fazer um levantamento dos indicadores sociais do Maranhão e eram os piores do Brasil. Eles controlam os jornais, controlam a televisão, controlam os cabos eleitorais, mas chega uma hora em que isso não ganha eleição.

Em Osasco, onde tive a oportunidade de participar da campanha também, o candidato da situação tinha um caminho de apoios. Eram 21 partidos contra dois. E o candidato que só tinha dois partidos ganhou, sem nada, sem ninguém. E o Flávio Dino nem precisou de grande movimentação, porque ele representava algo diferente do que o Sarney representa. E em Minas houve um esgotamento, o Aécio já mandou lá. Isso tem um ciclo, né? Tasso Jereissati, Ciro Gomes, Grecca, Jaime Lerner, o pessoal do PT no Rio Grande do Sul... Isso vai se esgotando e é natural que seja assim. Mas não é fácil formar uma classe política. Não é tarefa de um dia para o outro. Veja as grandes novidades. Collor foi uma grande novidade política. O Dória é uma novidade, mas a formação dele é toda política. Estamos falando do Sarney, mas o filho do Renan Calheiros tam-

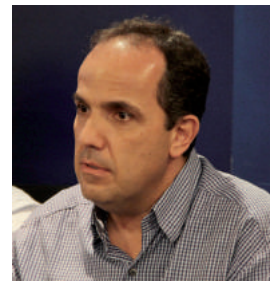


bém se elegeu governador, há dois anos. Está cheio de filho de político eleito vereador, prefeito.

ROGÉRIO SCHMITT: O prefeito mais votado do País é o ACM Neto.

RUBENS FIGUEIREDO: Para ser um prefeito, precisa ser muito competente. E essa preparação não é a de um cursinho para vestibular, é uma coisa que demora. Mas eu quero falar sobre outro assunto, se vocês me permitem, que conclui com essa ideia do privatismo, que é uma certa saturação que a sociedade tem desses movimentos sociais. Isso é percepção da minha observação dos movimentos sociais. Tem um vídeo no qual uma professora do Paraná, em Curitiba, fala assim para um grupo de alunos, que ameaçava acampar no interior da escola: "Não, vocês não vão acampar. Porque isso aqui é uma escola, a gente está aqui para dar aula e seus colegas estão aqui para aprender. Vocês vão embora ou eu vou chamar a polícia". "Ah, você vai bater na gente?". E a professora: "Eu não, mas a polícia vai bater". Eu vi aquilo e me deu vontade de curtir. Eu lembrei um pouco de minhas origens nas Ciências Sociais, em que apanhava um pouco. Curtir não, mas que eu gostei, eu gostei. Aí fui ver a reação das pessoas. Não tinha nenhum contra a professora que falou isso. Tem outro vídeo que me passaram aqui no Whatsapp mostrando uma mulher brava porque um pessoal da CUT fazia piquete para ninguém entrar na escola. Percebe-se que há uma revolta contra esse tipo de coisa. Então, muita coisa está mudando, muito forte e rapidamente.

JÚNIOR DOURADO: O discurso do Dória combinaria na boca de um político tradicional, ou só com ele?



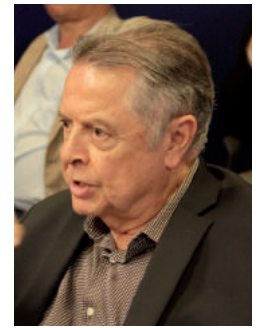
RUBENS FIGUEIREDO: Se tiver autenticidade, funciona. Não funciona para o PT, para o Psol. Agora, eu acho que tem um conjunto de partidos políticos que podia com facilidade explorar essa tese. E vou dar o exemplo do PMDB do Temer. Durante 13 anos eles apoiaram os projetos estatistas do PT. Apoiaram, não, foram obrigados a apoiar. Agora ele criou com Moreira Franco uma Secretaria de concessões. E tem mais: essa ideia do privatismo se liga ao fato de que o poder público não tem dinheiro. Ou você pega a iniciativa privada para criar algo novo e investir, fazer com que a iniciativa privada cuide de um autódromo, para sobrar R\$ 150 milhões, R\$ 200 milhões para investir em outra área, ou a coisa não anda. Vai fazer um governo incompetente. Por quê? Porque não tem dinheiro, o Brasil está em crise, a arrecadação está caindo e vai demorar para subir. Foi o professor Roberto Macedo quem me ensinou isso.



TALVEZ ESSA ELEIÇÃO TENHA MOSTRADO UMA QUESTÃO: SE NÃO TIVESSE HAVIDO UMA MUDANÇA NA REGRA DE FINANCIAMENTO, O RESULTADO TERIA SIDO SUBSTANCIALMENTE DIFERENTE DO QUE TIVEMOS? NUNCA SABEREMOS, NÃO É? MAS EU DESCONFIO QUE NÃO”.

Rogério Schmitt

ROBERTO MACEDO: Eu gostaria de saber sobre a nova forma da campanha eleitoral, sem o financiamento empresarial. A campanha foi bem mais modesta. Eu acho que o que está acontecendo não serve para justificar o retorno do financiamento empresarial.



ROGÉRIO SCHMITT: Talvez essa eleição tenha mostrado uma questão: se não tivesse havido uma mudança na regra de financiamento, o resultado teria sido substancialmente diferente do que tivemos? Nunca saberemos, não é? Mas eu desconfio que não. Eu desconfio que a campanha pode ser capaz de fazer uma diferença, sim, mas é incapaz de mudar grandes movimentos da opinião pública. A única certeza nessa área é que em 2018 é improvável que não seja feito algum ajuste nessa regra que prevaleceu em 2016. Em alguma coisa eles vão mexer, não sei se vai voltar ao que era antes, mas a chance de permanecer esse *status quo* é difícil. Ontem, por exemplo, o Dória mencionou numa entrevista ao programa *Roda Viva* a ideia de voltar o financiamento empresarial, mas com um teto. Hoje o Congresso está discutindo a ideia de criar, além do fundo partidário, um fundo público para financiar as campanhas eleitorais. Não conheço os detalhes, confesso que não li a proposta, mas acho que nem voltará ao que era antes, nem deve ficar como ficou nesse ano.

RUBENS FIGUEIREDO: Você tem aí a tradição americana, que é uma tradição mais quantitativa, e a tradição francesa, na qual eu mais me insiro, que é qualitativa, de explicações. Concordo que



é mais atrevido você falar que está mudando alguma coisa de modo profundo na sociedade do que você falar que o PT perdeu a eleição. É mais interessante. E essa lei que fizeram para o financiamento da campanha deste ano é a pior que poderia ser feita. Não tem pior do que essa, que diz que só a pessoa física pode doar. No Brasil não temos a cultura de doação por *crowd funding*. Quem doou? Ou quem tem dinheiro ou os empresários que têm interesse. Ou alguém tem dúvida? E só para terminar: essa ideia de criar o fundo é genial. Eu vi na televisão que seriam R\$ 3 bilhões de fundo de financiamento. Se for isso, está de graça. Tem que fazer ontem. Só que a sociedade vai cobrar isso. Fica muito mais caro fazer do jeito que está.

FRANCISCO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR:

Estou no PSD há seis meses, depois de 20 anos no PSDB. Minha pergunta é para o Rogério: como você vê hoje o fim do PT no chamado “cinturão vermelho”? Qual a sua visão sobre como o PT vai conseguir, futuramente, se recompor nas eleições municipais, na situação em que a gente está, no meio dessa questão política? Em regiões tradicionalmente dominadas pelo PT, e não pelo PSDB, as pessoas votaram no Dória porque era uma coisa nova. Até me questionaram: “Pô, você saiu do PSDB e foi para o PSD, não é um social-democrata?”. “Sou, mas continuo com minha visão social-democrata dentro do PSD”. As pessoas já sabem que o PSD é social-democrata, mas isso ainda é uma coisa nova.

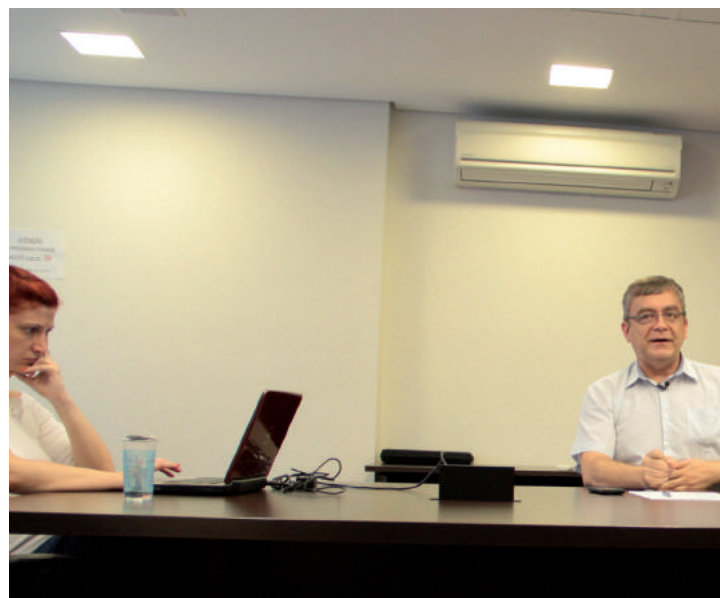


ROGÉRIO SCHMITT: Não tenho muita profundidade analítica para comentar especificamente so-

bre o chamado “cinturão vermelho” do ABC. Aliás, soube agora que virou “cinturão azul”, né? Mas falando assim, com uma visão de 30 mil pés de altura, parece que começou lá um novo ciclo político. O PT pode se recuperar? Pode. Mas antes disso é preciso que esse ciclo se complete. Eu me arriscaria a dizer que, pelo menos aqui em São Paulo, o PT talvez demore uns 10 anos para reconquistar o poder que tinha. Isso, no melhor cenário.

SERGIO RONDINO: Um dado que pouca gente tem comentado, sobre o futuro do PT: o partido perdeu a máquina federal e as máquinas municipais, ou pelo menos dois terços das máquinas. Máquinas, como sabemos, são fundamentais para a manutenção dos partidos, de candidatos, eleição etc. A possibilidade de recuperação não fica muito limitada sem esse instrumental à disposição, sem a possibilidade de oferecer empregos aos seus militantes?

ROGÉRIO SCHMITT: Ainda sobraram alguns governos estaduais. Existe, nos próximos dois anos, alguma sobrevida para a militância. Como fazer para recuperar? Isso custa. Mas apesar de tudo, no pior cenário possível, o PT ainda tem 11% da preferência espontânea do eleitorado brasileiro. Não é pouca coisa. Isso permite supor que pode haver algum futuro.



NÃO É DIFÍCIL EXPLICAR POR QUE O PT CAIU DE 36%, ANTES DAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013, PARA 11%. DIFÍCIL É EXPLICAR COMO AINDA TEM 11%. É UM FENÔMENO. A PERIFERIA NÃO FICA FORA DO MUNDO. ELA ESTÁ INSERIDA NA VIDA POLÍTICA. PORQUE A INCOMPETÊNCIA DÓI NA VIDA DAS PESSOAS”.

Rubens Figueiredo

RUBENS FIGUEIREDO: Não é difícil explicar por que o PT caiu de 36%, antes das jornadas de junho de 2013, para 11%. Difícil é explicar como ainda tem 11%. É um fenômeno. A periferia, Francisco, não fica fora do mundo. Ela está inserida na vida política. Aquela dificuldade de encarar a incompetência do poder público, endividamento, tudo isso acontece na periferia de uma maneira muito mais profunda e muito mais dramática. E eles têm muito mais razões para sair daquilo que está dando errado do que a classe média. Você tem mais gente no Paraíso e em Pinheiros votando mais no Haddad do que no Grajaú e em Guaianases. Porque a incompetência dói na vida das pessoas.

ELIODORO SÁ: O presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, disputou a eleição com a Hillary Clinton e utilizou uma linguagem para conquistar o jovem. Eu pesquisei para saber



quais candidatos idosos usaram a linguagem para conquistar o jovem e encontrei um prefeito da cidade de Catende, em Pernambuco, do PSD. Ele saiu às ruas e dizia: “Eu sou velho, mas quero ajudar os jovens, governar com os jovens”. E ganhou com o apoio deles. Esse prefeito, com 88 anos, que por sinal é o mais idoso do Brasil, ganhou com essa linguagem. E fazendo uma ponte entre os Estados Unidos e aqui, será que não há uma linguagem nova na política, principalmente para os candidatos mais idosos?

ROGÉRIO SCHMITT: Para ser sincero, não tenho assim uma resposta pronta para te dar. Mas sem querer cortar essa possibilidade, a população brasileira não está rejuvenescendo, está envelhecendo. Os jovens estão lá, fazem



barulho, mas cada vez tem menos jovens na população brasileira e cada vez mais pessoas idosas.

RAFAEL AUAD:

Talvez seja mais uma provocação do que uma pergunta. Deixando a questão da derrota do PT de lado, a gente sabe que muitas vezes, nos processos políticos, agentes intercedem de forma contrária à orientação partidária. Isso acontece tanto quando o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, apoia o prefeito eleito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, do PHS, mesmo tendo um candidato do seu partido, como dentro da distribuição geográfica de cada Estado, quando muitas vezes deputados federais ou estaduais intervêm nas prefeituras de forma contrária à orientação partidária. A questão é: até que ponto, para fazer uma análise na perspectiva da eleição de 2018, não é mais interessante fazer uma análise dos quadros políticos?



RUBENS FIGUEIREDO: Os partidos são formados por lideranças. O PT talvez seja o exemplo mais acabado do Brasil de um partido que obteve um grande sucesso num curto período de tempo com uma postura oposta a essa que você definiu. O PT sempre foi um partido extremamente orgânico, organizado e com um discurso único. É impressionante. O Lula falava uma coisa em Brasília e o mais humilde militante lá de Martinópolis falava a mesma coisa. É inacreditável o que esse partido fazia. O PT era o que se chamava de um partido de massa. Já os partidos tradicionais são partidos de quadros, com grandes lideranças. No PSDB, você tem essa disputa entre os três

maiores próceres tucanos a respeito de quem será o candidato nas eleições de 2018. Com essa fragilidade partidária, os arranjos regionais e as dificuldades, as regiões metropolitanas ganham uma importância enorme porque o prefeito é o grande eleitor. O prefeito de uma cidade como Americana, para ficar no exemplo que demos, é prefeito porque é bem adaptado. Ou não? Os interesses pessoais se sobrepõem àquilo que deveria ser na política mais estruturada do partido e acontecem coisas dessa natureza. Mas se age assim, vai mal do ponto de vista partidário.

ALDA MARCO

ANTÔNIO: Eu não tenho perguntas, mas quero falar sobre a participação das mulheres do partido nas eleições. O PSD nasceu grande e deixou o mundo político brasileiro estupefato.



O PSD enfrentou sua primeira eleição municipal três dias depois de ser regularizado, de ter o seu registro aprovado. Fez quase 500 prefeituras e na época já tinha quase 50 deputados federais. Esta eleição municipal foi a primeira, de fato, que o PSD enfrentou com seus quadros. E elegeu 540 prefeitos e mais de 3 mil vereadores.



NO PSD, MAIS DE 80% DOS PREFEITOS ELEITOS SÃO MULHERES. NÓS ELEGEMOS QUASE 80 PREFEITAS. O ESTADO QUE MAIS ELEGEU PREFEITAS FOI O RIO GRANDE DO NORTE, COM 15 PREFEITURAS, NUM ESTADO QUE TEM MENOS DE 200 PREFEITURAS. MARAVILHOSO. NA BAHIA, ELEGEMOS 13 MULHERES. ENTÃO, É PRECISO CONSIDERAR QUE ESSE PARTIDO NÃO É UMA AVENTURA. ELE NASCEU, CRIOU RAÍZES E VAI CONTINUAR”.

Alda Marco Antônio

ROGÉRIO SCHMITT: 4.623.

ALDA MARCO ANTÔNIO: E tem, inclusive, quadros preparados para a próxima candidatura à presidência da República. O PSD tem candidato preparado a disputar a presidência da República em condição competitiva. Agora eu quero dar o quadro das nossas mulheres. No PSD, mais de 80% dos prefeitos eleitos são mulheres. Nós elegemos quase 80 prefeitas. O Estado que mais elegeu prefeitas foi o Rio Grande do Norte, com 15 prefeituras, num Estado que tem menos de 200 prefeituras. Maravilhoso. Na Bahia, elegemos 13 mulheres. Então, é preciso considerar que esse partido não é uma aventura. Ele nasceu, criou raízes e vai continuar. Nós, do PSD, temos que nos conscientizar do sucesso desse empreendimento. Mas o que faz continuar esse sucesso é a militância. É saber governar - e governar cada vez melhor - e não apenas fazer o que o povo quer. Porque às vezes o povo quer coisa errada. Se você fizer o que o povo quer, daqui a pouco vamos ter pena de morte, armas nas mãos da população e por aí vai. Nós, como lideranças, temos que dirigir os governos, as ações públicas para onde de fato a sociedade necessita, e não apenas seguir aquilo que o povo quer. A opinião nos jornais, nas mídias... Sempre dizem isso: “Ah, o povo quer e é preciso fazer o que o povo quer”. Mas não é fazer o que o povo quer, mas fazer o que a gente sente e acha que é o correto. Essa é a função das lideranças. Nós todos que estamos aqui, que militamos no PSD, temos que encarnar a figura da liderança. Precisamos saber onde nós estamos, que pertencemos ao terceiro maior partido do Brasil e que nós temos responsabilidade por isso.



TÚLIO KAHN: Um comentário sobre o financiamento de campanha: o TSE publicou que o custo desta campanha foi equivalente a um terço do gasto da



campanha anterior. Dois bilhões e meio nesta campanha, seis bilhões na campanha anterior. Então, do ponto de vista absoluto houve uma redução substancial. E do ponto de vista relativo? Continua válida aquela regra de que quem tem mais dinheiro tem mais voto? Nós fizemos uma simulação com os candidatos a vereador de São Paulo, com uma amostra de mais de 1.000. Pegamos quanto cada um declarou de gasto de campanha e a votação que ele teve. Concluímos que quase 40% da votação do candidato se explica pelo volume de dinheiro que ele colocou na campanha. Então, continua válida a regra segundo a qual quanto mais dinheiro tem o candidato, maior a chance dele. A proposta de um fundo público seria uma forma de evitar a influência do dinheiro nas eleições. Agora eu pergunto: supondo a existência deste fundo público, como se distribui o dinheiro? Nós teríamos que mudar para um sistema de lista fechada para saber de antemão como os recursos seriam distribuídos? Ou a distribuição ficaria nas mãos dos líderes dos partidos? Alguma regra para a distribuição deveria haver.

RUBENS FIGUEIREDO: Nós vamos ter dois critérios. O primeiro é: como se distribui esses R\$ 3 bilhões, se é que serão mesmo R\$ 3 bilhões. Vai ser agora ou vai ter que esperar e saber quem

ganha a eleição? Talvez valha a pena esperar um pouco. E quem vai administrar os recursos que foram para o partido na distribuição interna? Eu acho complicado - não sei nem se pode a legislação tentar disciplinar como cada partido vai distribuir esses recursos. Aí vai ser quem pode mais chora menos, me parece.

ROGÉRIO SCHMITT: Eu concordo com o Rubens. Acho que vai prevalecer a mesma regra que prevalece para o Fundo Partidário. O partido recebe lá um tanto, uma parte tem que ir para a Fundação, outra parte para o movimento de mulheres e sobre o restante o partido tem autonomia. Cada partido resolve internamente. Depende da relação da lei que vier a ser aprovada.

FRANCISCO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR: Qual é o papel hoje dos núcleos dentro do partido, o PSD Jovem, o PSD Mulher?

RUBENS FIGUEIREDO: O partido tem que ter vida. O partido não pode ser uma agremiação que em época de eleição se reúne com a população para pedir voto. O partido que cresce organicamente, que cresce com consciência, é o partido que tem vida interna. E nada tem mais vida do que a mulher, o jovem. Já fizemos 55 reuniões dessas aqui. É conteúdo. O partido tem que ter vida, e para ter vida tem que ter discussão. Não pode você jogar de cima para baixo uma diretriz e querer que todo mundo aceite e aja de acordo com aquilo que você quer.

SÉRGIO RONDINO: E assim encerramos. Obrigado a todos pela atenção.

Presidente

Guilherme Afif

1º Vice-presidente

Vilmar Rocha

2º Vice-presidente

Diretor de Relações Internacionais

Alfredo Cotait Neto

Secretária

Alda Marco Antonio

Diretor Superintendente

João Francisco Aprá

Conselho Superior de Orientação

Presidente - Gilberto Kassab

Guilherme Afif

Henrique Meirelles

Omar Aziz

Raimundo Colombo

Otto Alencar

Claudio Lembo

Ricardo Patah

Vilmar Rocha

Guilherme Campos

Robinson Faria



Fundação para Estudos e Formação Política do PSD

ENCONTROS DEMOCRÁTICOS - Coleção 2016 - "O Brasil que sai das urnas"

ESPAÇO DEMOCRÁTICO - Site: www.espacodemocratico.org.br Facebook: **EspacoDemocraticoPSD** Twitter: **@espdemocratico**

Coordenação - Scriptum Comunicação - Jornalista responsável - Sérgio Rondino (MTB 8367)

Projeto Gráfico - BReeder Editora e Ass. de Com. Ltda - Marisa Villas Boas



www.espacodemocratico.org.br